

Prezados cidadão brasileiros,

Uma conquista que vem sendo aprimorada pela sociedade brasileira, desde a década de 30, está fortemente ameaçada por grupos que querem reduzir as responsabilidades ambientais dos proprietários rurais e a função socioambiental da propriedade rural. Projeto de lei que tramitou recentemente no Senado Brasileiro (PL 2362, abril/2019), e que pretendia revogar a reserva legal prevista no Código Florestal Brasileiro, é exemplo desse tipo de ameaça.

A constituição brasileira estabelece que o direito de propriedade além de satisfazer ao seu dono, relaciona-se também com outros interesses, dentre os quais se destaca “o princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade, do aproveitamento do solo para o trabalho e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. ... os dispositivos presentes na Constituição Federal brasileira ... estabelecem ... que a propriedade rural possui uma função ambiental a desempenhar, devendo o proprietário cumprir a legislação ambiental e dirigir a exploração da terra no sentido de melhorar a qualidade de vida dos que vivem na área explorada, bem como dos habitantes da região, com a devida manutenção do equilíbrio ecológico” ^[1]

O Código Florestal Brasileiro, portanto, alinhado com o espírito da nossa constituição, regulamenta e expressa o atual consenso duramente debatido pela sociedade brasileira nos últimos anos para criar um marco regulatório que expresse a função socioambiental da propriedade rural prevista na constituição. E é nesse sentido que nós, estudantes universitários brasileiros, pedimos o seu apoio a este manifesto que repudia qualquer ação que venha a enfraquecer essa função.

Não a qualquer modificação do Código Florestal Brasileiro que tire da propriedade rural a atribuição de cumprir com as funções socioambientais previstas na constituição.

Abaixo assinados:

.....

Referências:

[1] Rodrigo Lucietto Nicoletto (2007) A função ambiental da propriedade rural: uma análise da constituição federal brasileira acerca do exercício do direito de propriedade. In: Diritto brasiliano. <https://www.diritto.it/a-funcao-ambiental-da-propriedade-rural-uma-analise-da-constituicao-federal-brasileira-acerca-do-exercicio-do-direito-de-propriedade/>

Constituição Federal/1988: Art. 5º, inciso XXIII (sobre a função social da terra), Capítulo VI “Do Meio Ambiente”, Art. 225, incisos III e VII, § 4º.

Guia para aplicação da nova Lei Florestal em propriedades rurais

Projeto de Lei (PL 2362/2019) que pretendia revogar a Reserva Legal

Consulta pública PL 2362/2019